



TABOÃOOPREV

Autarquia Previdenciária do Município de Taboão da Serra



**TABOAOOPREV - UNIDADE GESTORA
ÚNICA DO RPPS DE TABOAO DA SERRA**

**ALTERAÇÃO DA
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
2016**

Taboão da Serra/SP., 31 de maio de 2016

Taboãooprev – Autarquia Previdenciária do Município de Taboão da Serra

Rua Mario Latorre, 130 – Parque Pinheiros – CEP 06767-230 – Taboão da Serra – SP

Tels: (11) 4787-6029 / 4135-4977 / 4701-6344

www.taboaoprev.com.br



Para cumprimento do objetivo específico e considerando as perspectivas do cenário econômico, a política estabelecerá a modalidade e os limites legais e operacionais, buscando a mais adequada alocação dos ativos, à vista do perfil do passivo no curto, médio e longo prazo, atendendo aos requisitos da Resolução CMN nº 3.922/2010.

Devido as constantes alterações no Cenário Econômico e instabilidade no Cenário Político de nosso país, percebemos a necessidade de alterarmos a alocação de recursos, de forma ao aproveitamento de oportunidades na Renda Fixa.

1. Cenário Econômico para o Exercício de 2016

Apresentamos abaixo as expectativas do mercado financeiro em relação aos principais indicadores econômicos, reveladas através do Relatório de Mercado – Focus, de 27 de maio de 2016*.

| Indicador | 2015 | 2016 | Revisão 2016* |
|--|-------|-------|---------------|
| Crescimento Real do PIB (% aa.) | -3,10 | -1,90 | -3,81 |
| Produção Industrial (%) | -7,40 | -2,00 | -6,00 |
| Taxa de desemprego (% - média) | 6,90 | 9,10 | 10,45** |
| IPCA (IBGE) - % aa. | 9,99 | 6,47 | 7,06 |
| IGP-M (FGV) - % aa. | 9,96 | 6,01 | 7,40 |
| Taxa Selic Meta – Fim do Ano (% aa.) | 14,25 | 13,25 | 13,88 |
| Câmbio - Fim do Ano (R\$/US\$) | 4,00 | 4,20 | 3,65 |
| Balança Comercial – Saldo (em US\$ Bilhões) | 14,60 | 29,00 | 50,00 |
| Investimento Estrangeiro Direto – IED (em US\$ Bilhões) | 62,30 | 60,00 | 58,64 |

Fonte: BACEN - Sistema de Expectativas de Mercado

** Fonte: PNAD 2016 – média até Abril/2016



Cenário Econômico – Abril de 2016

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

De acordo com o indicador de atividade do Banco Central, o IBC-Br, a economia brasileira registrou, em fevereiro, o décimo segundo mês consecutivo de retração. Desta vez, a queda foi de 0,29% no mês, e 4,75% em doze meses. Também em fevereiro, a produção industrial recuou 2,5%, acumulando no ano uma queda de 11,8%. Por seu turno, as vendas no varejo aumentaram 1,2% no mês, mas acumulam baixa de 5,3% em doze meses. Já a taxa de desemprego, medida através da Pnad Contínua, alcançou 10,9% no trimestre encerrado em março. O número de pessoas desocupadas registrou 11,1 milhões.

SETOR PÚBLICO

O setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 10,6 bilhões em março. No ano, o déficit acumulado foi de R\$ 5,8 bilhões, e em doze meses de R\$ 136 bilhões (2,28% do PIB). As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 443,3 bilhões (7,44% do PIB). Já o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 579,3 bilhões (9,73% do PIB), também em doze meses.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou R\$ 4 trilhões (67,3% do PIB), reduzindo-se em 0,4 pontos percentuais em relação ao mês anterior. Ainda em março, já descontada a inflação, a arrecadação do governo federal com impostos caiu 6,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior, acumulando queda de 8,19% no trimestre.

INFLAÇÃO

Graças aos avanços nos preços dos alimentos e dos remédios, principalmente, o IPCA fechou o mês de abril subindo 0,61%, acima das previsões dos analistas do mercado. No ano acumulou alta de 3,25%, e em doze meses de 9,28%. O índice de difusão da inflação, divulgado pelo Valor Econômico foi de 66,8%, frente a 69,4% no mês anterior. Já o INPC subiu 0,64% em abril, acumulando um avanço de 3,58% no ano e de 9,83% em doze meses.

JUROS

Em reunião realizada no final de abril, o Comitê de Política Monetária do Banco Central – COPOM decidiu, por unanimidade, manter inalterada a taxa Selic em 14,25% ao ano. E na ata da reunião, afastou a possibilidade de redução da taxa enquanto a inflação não der sinais de rumar para o centro da meta de 4,5%.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de abril cotada a R\$ 3,4508, com uma desvalorização de 3,04% no mês, acumulando uma desvalorização de 11,63% no ano e uma valorização de 19,23% em doze meses. Em março, as transações correntes apresentaram um déficit de US\$ 855 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 41,4 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED



apresentaram um ingresso líquido de recursos da ordem de US\$ 5,6 bilhões, acumulando em doze meses um saldo positivo de US\$ 78,9 bilhões. As reservas internacionais terminaram o mês em US\$ 375,2 bilhões, e a dívida externa bruta em US\$ 333,6 bilhões. A Balança Comercial, por sua vez, teve em abril um superávit de US\$ 4,8 bilhões. No acumulado do ano, registrou um superávit de US\$ 13,2 bilhões.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês acabou sendo o do IDkA 20A (IPCA) com 9,25% de alta, seguido do IMA-B 5+, com avanço de 5,37%, e do IRF-M 1+, com 4,80%. No ano o melhor desempenho acumulado até março foi do IDkA 20 A (IPCA) com 33,60%, seguido do IMA-B 5+ com 18,66% e do IRF-M 1+ com alta de 16,65%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, foi outro mês de forte alta, com uma valorização de 7,70%, acumulando em 2016 uma alta de 24,36%. Teve presença firme no mercado o investidor estrangeiro, que foi responsável por um ingresso líquido de R\$ 2,9 bilhões para a compra de ações, elevando o acumulado no ano para R\$ 13,5 bilhões.

MERCADO NACIONAL

Também no mês de maio, com a votação do impeachment no Senado, que poderá implicar no afastamento da presidente por 180 dias até o julgamento final, os fatos políticos continuarão tendo maior destaque do que os fatos econômicos, e assim influenciando os ativos, tanto de renda fixa quanto de renda variável. As principais dúvidas do mercado passarão, então, a repousar na equipe a ser formada pelo presidente interino e na movimentação das forças políticas no sentido da recuperação do país. As incertezas ainda continuarão sendo enormes. Como os mercados continuaram a antecipar uma série de fatos, inclusive a possibilidade de redução da taxa Selic, a sua confirmação pode não trazer ganhos adicionais para os ativos de renda fixa e variável. No entanto, a não confirmação deles pode reverter todos os ganhos recentemente obtidos. Dessa forma, temos que continuarmos atendo aos fundamentos econômicos ruins e aguardarmos sinais mais claros no sentido de qual o melhor rumo a tomar. Assim, para a renda fixa, recomendamos uma exposição da carteira para os vértices de médio prazo (IMA-B 5 e IDKA IPCA 2A) em no máximo 40%. Permanece a recomendação de se evitar estratégias com exposição para os vértices mais longos (IMA-B, IMA-B 5+ e IDKA IPCA 20^a). Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos, ou seja, para ativos indexados ao IRFM-1, ou mesmo ao DI, já que, mesmo que o rendimento não propicie a superação da meta atuarial, o risco de perda, num cenário tão incerto, fica substancialmente reduzido. Nas estratégias que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), observamos que a escassez de linhas de crédito para a produção e consumo gerou uma abertura de spread (prêmio de risco) nas operações que resultam em oportunidades interessantes para investimentos. Com a devida cautela, e respeitados os limites das políticas de investimentos, recomendamos avaliar investimentos nestes segmentos. Na renda variável, recomendamos uma exposição de no máximo 20%, já incluídas alocações em fundos imobiliários – FIIs e fundos em participação – FIPs. Embora não haja melhora nos fundamentos econômicos que justifique elevar ainda mais o risco da carteira, e mesmo com as altas recentes, o investimento em ações deve ser avaliado com maior atenção, na medida em que ainda existe a



possibilidade de importantes ganhos quando as apostas mais otimistas puderem se materializar. Disso continua se aproveitando o investidor estrangeiro, em detrimento do investidor institucional local. Uma estratégia que contemple o investimento gradativo e contínuo, feito tanto nos movimentos de alta quanto de baixa, aproveitando-se as janelas de oportunidades que se apresentem e visando a obtenção de resultado no longo prazo, não deve ser desprezada.

2. Alocação Estratégica dos Recursos

2.1 Macroalocação Estratégica

O cenário aponta para outro ano desafiador na condução dos investimentos. Enquanto persistir o impasse político, cujo desfecho é imprevisível, a economia real terá quase nenhuma chance de reativação. Para o mercado financeiro os riscos serão crescentes e os retornos ainda mais duvidosos. Para os gestores de recursos previdenciários aconselha-se redobrada cautela. Na carteira de renda fixa, embora o fator risco seja inerente, uma alocação de recursos mais defensiva ganha maior importância do que a superação da meta atuarial. Na renda variável, o quadro recessivo atinge a economia real, afetando o resultado das empresas e inibindo melhores retornos. A iminente alta do juro americano agrava o quadro, visto que promoverá uma inversão do fluxo de capitais que trará efeitos desastrosos para a nossa economia. Adiciona-se a este quadro um provável corte na nota de rating do Brasil para “junk”, e o estrago estará completo.

Neste contexto, o quadro abaixo sintetiza a proposta de macroalocação de recursos para o ano de 2016:

| Estratégia | % MÍNIMO | % MÁXIMO | % ALVO |
|-------------------------------|----------|----------|--------|
| IMA-B 5+ / IDKA IPCA 20 A | 0,00 | 5,00 | 0,00 |
| IMA-B 5 / IDKA IPCA 2 A | 10,00 | 30,00 | 20,00 |
| IMA-B / IDKA IPCA 10 A | 5,00 | 20,00 | 10,00 |
| IRF-M 1+ / IDKA Pré 3 A | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| IRF-M 1 / IDKA Pré 1 A | 15,00 | 50,00 | 15,00 |
| IRF-M / IDKA Pré 2 A | 0,00 | 5,00 | 5,00 |
| CDI/SELIC | 20,00 | 40,00 | 40,00 |
| AÇÕES - IBOVESPA/IBR-X/OUTROS | 0,00 | 8,00 | 5,00 |
| FII/FIP | 0,00 | 7,00 | 5,00 |



2.2 Objetivo de Alocação dos Recursos por Segmento de Aplicação e Carteira

Na aplicação dos recursos, os responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS observarão os limites estabelecidos por esta política de investimentos e pela Resolução CMN nº 3.922/2010, conforme descrito abaixo:

| OBJETIVO DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO E CARTEIRA | | | |
|--|-----------------------|-------------------|-----------------------|
| Alocação dos Recursos / Diversificação | Alocação dos Recursos | | |
| | Limite Resolução % | Limite Alocação % | Alteração do Limite % |
| Renda Fixa - Art. 7º | 100 | - | - |
| Títulos Tesouro Nacional – SELIC - Art. 7º, I, "a". | 100 | 25 | 25 |
| FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b" | 100 | 35 | 55 |
| Operações Compromissadas - Art. 7º, II | 15 | 0 | 0 |
| FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III, Alínea "a" | 80 | 20 | 20 |
| FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, III, Alínea "b" | 80 | 0 | 0 |
| FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "a" | 30 | 30 | 30 |
| FI de Índices Renda Fixa - Art. 7º, IV, Alínea "b" | 30 | 0 | 0 |
| Poupança - Art. 7º, V, Alínea "a" | 20 | 0 | 0 |
| Letras Imobiliárias Garantidas- Art. 7º, V, Alínea "b" | 20 | 0 | 0 |
| FI em Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI. | 15 | 5 | 5 |
| FI em Direitos Creditórios - fechado - Art. 7º, VII, "a" | 5 | 5 | 5 |
| FI Renda Fixa "Crédito Privado"- Art. 7º, VII, "b" | 5 | 5 | 5 |
| Total do segmento | 100 | 125 | 145 |
| Renda Variável - Art. 8º | 30 | - | - |
| FI Ações Referenciados - Art. 8º, I | 30 | 4 | 4 |
| FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II | 20 | 0 | 0 |
| FI em Ações - Art. 8º, III | 15 | 12 | 12 |
| FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV | 5 | 5 | 5 |
| FI em Participações - fechado - Art. 8º, V | 5 | 5 | 5 |
| FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI | 5 | 5 | 5 |
| Total do segmento | 30 | 31 | 31 |
| Total Geral | 100 | 156 | 176 |

É parte integrante desta alteração na Política de Investimentos, a Política de Investimentos aprovada em 23/12/2015 e a cópia da Ata do órgão superior competente que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Observação: Conforme Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, este documento deverá ser assinado:

- 1) Pelo representante do ente federativo;



- 2) Pelo representante da unidade gestora do RPPS;
- 3) Pelos responsáveis pela elaboração, aprovação e execução desta Política de Investimentos.

Taboão da Serra/SP., 31 de maio de 2016

Fernando Fernandes Filho
Prefeito Municipal

Mario da Silva Gomes
Presidente do Conselho

Marta Ferreira Berlanga
Secretário do Conselho

Lilian Guedes Sampaio
Conselheira

Silvonei Rogério Guedes
Conselheiro

Jose Geraldo Pita Marinho
Conselheira

Jose Souza Ramos
Conselheiro

Marcos Rogério Fregate Baraldi
Superintendente Autárquico

Daniel César
Diretor Administrativo e Financeiro

Eliana Bendini Lantyer
Diretora de Previdência